

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007
(Do Sr. Geraldo Thadeu)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, acerca da falta de iniciativa do Governo Brasileiro a respeito do encerramento do mandato do ministro José Francisco Rezek, na Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia (Holanda).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicita-se a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, pedido de informações nos termos adiante expostos.

Segundo o sítio do Ministério das Relações Exteriores, *“a diplomacia brasileira definiu seus princípios fundamentais, como a solução pacífica das controvérsias, a não-intervenção e, principalmente a partir de 1945, com a criação da ONU, a participação intensa porém independente nos mais importantes foros internacionais”*.

Portanto, solicita-se informações sobre o motivo da falta de interesse do Governo Federal pela reeleição do mandato do ministro José Francisco Rezek, na Corte Internacional de Justiça, com sede na cidade de Haia (Holanda). Pois, este desinteresse é incompatível com a participação intensa nos mais importantes foros internacionais, como proposto pelo Ministério das Relações Exteriores.

Cabe ressaltar, que os juízes são escolhidos por sua competência, e não por sua nacionalidade, observando-se contudo o critério de fazer com que estejam representados na Corte os principais sistemas jurídicos do mundo. Como o mandato dos juízes é de nove anos e por poder haver reeleição, questiona-se a falta de estratégia do Governo Brasileiro em manter a vaga do ministro Rezek.

De acordo com o próprio juiz, em entrevista publicada na revista Veja (edição de 25 de janeiro de 2006), o governo abandonou essa cadeira na Corte Internacional de Haia porque *“o presidente e seus amigos não quiseram gastar munição com algo que julgaram menos relevante”*.

Diante do exposto requer as seguintes informações:

- 1) Como o Governo avalia a atuação do jurista José Francisco Rezek na Corte?
- 2) Quando será a próxima oportunidade de escolha de um brasileiro para a Corte Internacional de Haia?
- 3) Por que houve/há tanto empenho por parte do Governo Brasileiro em conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU (visando ampliar sua atuação na arbitragem de conflitos internacionais) e, contraditoriamente, tão pouco em manter a cadeira do jurista brasileiro em Haia?

JUSTIFICAÇÃO

Após os grandes conflitos que marcaram as relações internacionais do século passado, o direito assume, cada vez mais, um grande papel nas estruturas internacionais. Com o objetivo de estabelecer e propagar princípios universais de justiça e de direitos iguais, na construção da ordem internacional.

Neste contexto, a Corte Internacional de Justiça, com sede na cidade de Haia (Holanda), é um símbolo da justiça e do direito no plano internacional, de vital importância, por desempenhar funções que visam edificar a paz entre as Nações.

O Brasil detém tradição de presença nesta instituição, juristas como Rui Barbosa, Raul Fernandes, Epitácio Pessoa, Philadelfo de Azevedo, Levi Carneiro e José Sette Câmara foram representantes desta importante Corte.

Diante dessa situação, apresenta-se o presente requerimento com a finalidade trazer para o Congresso Nacional informações a serem obtidas diretamente pelo Ministro da Pasta acima mencionada.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado Geraldo Thadeu.
PPS/MG